

**TRT DA 10ª REGIÃO**

SAS Quadra 1, Bloco D - Bairro Setor de Autarquias Sul - CEP 70097900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br
Praça dos Tribunais Superiores

ATA

Aos três dias do mês de abril do ano dois mil e dezessete, na sala de Sessões Desembargador Pinto de Godoy, reuniram-se, às catorze horas e vinte minutos, o Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, Pedro Luís Vicentin Foltran; a Excelentíssima Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, Maria Regina Machado Guimarães; a Excelentíssima Juíza do Trabalho Mônica Ramos Emery, representante da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região; a Secretária-Geral da Presidência, Marysol Bertolin Damasceno; o Diretor-Geral, Rafael Alves Bellinello; o Secretário-Geral Judiciário, Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho; a Coordenadora de Gestão Estratégica, Michelle Machado da Silva; o representante da Associação dos Servidores da Décima Região, Gilvan Silva Pereira Ramos; o representante da Associação dos Servidores da Décima Região, Almerindo Pereira de Souza e, a convite, o Excelentíssimo Juiz do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva e a Estatística da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Natália Ribeiro de Souza Evangelista; ausentes, justificadamente, a Excelentíssima Desembargadora do Trabalho, Márcia Mazoni Cúrcio Ribeiro; o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho, Grijalbo Fernandes Coutinho e o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho, Mário Macedo Fernandes Caron. Após cumprimentar a todos, em especial, a presença do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho, Brasilino Santos Ramos, do Excelentíssimo Juiz do Trabalho, Luiz Fausto Marinho de Medeiros e os participantes remotos das Unidades de Tocantins e demais prédios do Distrito Federal, o Excelentíssimo Desembargador Presidente conduziu a reunião conforme temas a seguir elencados:

Item 1. APROVAÇÃO DA ATA DA 19ª RAE:

Aprovada a Ata SEI 0567925 sem ressalvas.

Item 2. ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CGE:

O Presidente prosseguiu a 20ª reunião da Reunião de Análise da Estratégia (RAE) abordando a mudança de composição do colegiado, conforme decisão advinda de discussões e deliberações das 18ª e 19ª Reuniões de Análise da Estratégia. O assunto foi apreciado na 3ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 28 de março de 2017, entretanto, devido a um erro material a matéria voltará para a pauta da Sessão Plenária Ordinária, designada para o dia 25 de abril de 2017. Na sequência, foram analisadas as Pesquisas, os Projetos Estratégicos e os dados estatísticos constantes da pauta, conforme segue:

Item 3. PESQUISAS

Foram apresentados e analisados os resultados e andamentos das pesquisas, conforme detalhamento infra:

I) 'Pesquisa de Satisfação com a Comunicação Interna e os Sistemas de Tecnologia e Comunicações'.

Foi compartilhado pela Coordenadora de Gestão Estratégica, Michelle Machado da Silva, que a aplicação da Pesquisa em comento deu-se no período de 07 a 25 de novembro de 2016 e que, conforme

dados informados pela CDPEs, na data de seu início, considerando-se o espaço amostral de 1.367 respondentes (sendo 104 magistrados e 1.263 servidores), para se atingir 95% de confiança seriam necessários, no mínimo, 310 respondentes. O resultado de respondentes foi de 343, sendo, desse total, 10 magistrados. O 'Índice de Satisfação com a Comunicação Interna' apurado foi de 50,01% e o 'Índice de Satisfação dos Usuários de TIC' foi de 57,71%. Em seguida procedeu-se a análise pormenorizada dos resultados. Ao se apresentarem os quatro eixos em que foi estruturada a Pesquisa, destacou-se o eixo comum entre TIC e Comunicação – razão pela qual a pesquisa é realizada em conjunto. Verificou-se que a área judiciária teve mais respondentes do que a administrativa. A Coordenadora de Gestão Estratégica, Michelle Machado da Silva, apontou as sugestões de análises cruzadas entre o tempo de serviço no Tribunal e o uso das ferramentas e sistemas feitas na 20ª reunião do Comitê de Gestão Estratégica (CGE) pela Secretária-Geral da Presidência, Marysol Bertolin Damasceno. Os respondentes indicaram maior interesse pelas notícias institucionais, sendo maiores as relacionadas à saúde e qualidade de vida. Em relação a assuntos do Tribunal ficou evidente que o Planejamento Estratégico não é conhecido. Houve destaque o registro de anseio por maior participação nas construções da Administração. Neste momento lembrou-se que durante a 18ª RAE (primeira da atual gestão) foi, inclusive, lançado como canal para comunicação um e-mail específico para tratar de Planejamento Estratégico (rae@trt10.jus.br), mas até o momento houve uma única manifestação e que abordou outra temática. Continuando a análise, o Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, Gustavo de Almeida Rocha, registrou creditar que as pessoas não conhecem a ferramenta Yammer e, por isso, responderam negativamente em diversas perguntas e que tal teoria é reforçada quando se analisa baixa avaliação na pergunta de cortesia a ela relacionada. Por outro lado, o diagnóstico da Pesquisa aponta o contato pessoal e conversas informais com colegas de trabalho como os canais de comunicação mais bem avaliados; as redes sociais tiveram as mais baixas avaliações. A nota geral atribuída à Comunicação Interna foi de 6,94. Dentre as ferramentas do Office 365, o melhor avaliado é o Outlook, sendo que apenas 2% dos respondentes afirmaram não o utilizar. Do público que não utiliza-o, a maior parcela apontou o uso do e-mail pessoal como motivo para tal. Dos serviços de TIC, a disponibilidade dos arquivos e o atendimento ao usuário pela empresa terceirizada são os melhores itens avaliados. As maiores críticas estão na transparência da área de TIC e na qualidade da documentação. Em relação ao PJe, 58,9% dos respondentes afirmam utilizar a ferramenta. Apesar de um quantitativo relevante afirmar dominar a ferramenta, houve o registro de pedidos de capacitação. Outro ponto interessante é que as pessoas reconhecem que o PJe como ferramenta importante e agregadora. O SEI é o sistema mais utilizado e bem-visto conforme registrado pelos respondentes. 77,8% deles afirmam utilizar a ferramenta. Deste público, 62,6% atestaram usá-lo diariamente e 87,8% afirmaram que o SEI facilitou a comunicação. Em relação à ferramenta e-Gestão, 81,3% dos respondentes afirmaram não utilizá-la e que desconhecem sua destinação. 43,7% manifestaram interesse em conhecê-la. Passando-se aos Portais, foi identificado que o da Gestão Estratégica é o menos acessado e conhecido. Em relação a satisfação dos sistemas, o Conecta 10 foi o melhor avaliado e o e-Gestão o pior avaliado, em consonância com as perguntas anteriores. Em relação à Internet e Intranet foi mostrado que a programação visual e os sistemas de busca não foram bem avaliados pelos respondentes. Em síntese, os principais itens de melhoria apontados foram: sistema de buscas, comunicação com a alta administração, layout (intranet e internet), sobrecarga de trabalho, falta de normatização sobre qual canal de comunicação oficial utilizar em cada situação, transparência da TIC, desconhecimentos das ferramentas e sistemas, desconhecimento do planejamento estratégico e ferramentas e sites a ele relacionados, restrições de acesso e qualidade da rede de dados, e, sentimento de alijamento dos processos decisórios. Algumas sugestões já foram dadas e repassadas para a administração, sendo uma delas a apresentada pela CDEST de criação na página de Pesquisas do Portal da Gestão Estratégica o acréscimo das ações adotadas pela Administração em função dos diagnósticos realizados. O Excelentíssimo Desembargador Presidente registrou elogios à SETIN pelo resultado da Pesquisa quanto ao atendimento ao usuário. Quanto à Comunicação Interna houve ponderação que, apesar da redução no índice de satisfação apurado, a percepção é que a comunicação, em geral, está melhor. Registrou-se, ainda, lamento pela subutilização do e-Gestão em virtude do potencial que o sistema

possui como ferramenta de gestão. A Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, Maria Regina Machado, registrou ver com satisfação uma pesquisa sendo aceita e bem respondida. Quanto ao reduzido acesso ao e-Gestão, ressaltou a inexistência da cultura da adoção de novas ferramentas de gestão. Lembrou que a estatística era realizada manualmente e que a mudança de cultura e paradigmas não é tão fácil. Por fim, elogiou o Excelentíssimo Desembargador Presidente por trabalhar em prol da qualidade e acesso aos dados e, ressaltou ser essa também uma bandeira do Comitê Nacional do e-Gestão. O Excelentíssimo Juiz do Trabalho, Alexandre de Azevedo Silva, registrou sua satisfação com o conteúdo da pesquisa e ponderou que alguns pontos chamam atenção a exemplo de 50,4% dos potenciais respondentes não terem se manifestado no Tribunal apesar da característica democrática da atual Administração. O magistrado ressaltou que as críticas construtivas são um grande 'motor' para as administrações. Observou, ainda, o principal meio de comunicação interna ser o relacionamento interpessoal – chave para entender a cultura da organização. Quanto a avaliação de TIC, registrou a importância de se ponderar que, a despeito dos respondentes manifestarem-se satisfeitos com os atendimentos rotineiros, clamam por transparência. Os resultados, ponderou ainda o magistrado, indicam necessidade de automatização de rotinas. Avaliou como interessante dado a ser considerado o uso do PJe e do SEI e lamentou os resultados revelados a partir do e-Gestão, visto indicarem o baixo uso de ferramentas de gestão a partir das informações estatísticas. Por fim, parabenizou a Coordenadoria de Gestão Estratégica (CDEST) pela tabulação e análise das respostas. A Excelentíssima Juíza do Trabalho, Mônica Ramos Emery, ressaltou os seguintes pontos: para os magistrados os destaques foram em relação aos canais de comunicação, a melhoria do sistema de pesquisas jurisprudenciais e a eficiência dos sistemas internos PJe, SEI e e-Gestão. Por fim, a magistrada, destacou a importância do investimento em capacitação. O Secretário-Geral Judiciário, Marco Aurélio Saar, elogiou a SETIN e a equipe do PJe e afirmou que a política da Administração atual é a de fomento do e-Gestão, inclusive, durante oportunidades como a Correição e outras visitas às Unidades Judiciárias das duas instâncias. O Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações pediu a palavra e afirmou que em Tocantins o grande gargalo tecnológico apontado era a transmissão de dados – questão que já tem encaminhamento em andamento. O Secretário afirmou que se investirá em transparência e que o portal da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações já está em fase de finalização – ambiente no qual serão feitas as divulgações, a exemplo da priorização das demandas. Houve neste momento, intervenção dos participantes remotos da reunião – o Excelentíssimo Desembargador Presidente compartilhou com os presentes os elogios registrados pelas Varas do Trabalho de Gurupi, Guaraí e 1ª de Palmas quanto ao SEI. Por oportuno, o Presidente destacou a importante participação das unidades de Tocantins na RA. Retomada a análise dos resultados, quanto ao desconhecimento do Planejamento Estratégico foi compartilhado pela Coordenadora de Gestão Estratégica, Michelle Machado, que já está em encaminhamento a realização do projeto “Desdobramento da Estratégia do TRT10” como parte do projeto “Correição Integrada” já a partir do corrente ano.

II) Pesquisa de Satisfação do Usuário Externo 2016: foi compartilhado pela Coordenadora de Gestão Estratégica a aplicação da Pesquisa no período de 14/11/2016 a 09/12/2016, nas modalidades eletrônica e presencial (esta via aplicação de questionários em parceria com as Varas do Trabalho). Agradecimentos foram destinados ao Excelentíssimo Juiz do Trabalho, Luiz Fausto Marinho de Medeiros, diretor do Foro de Brasília, que tanto contribuiu no DF para a realização da Pesquisa; assim como às Unidades de TO que fortemente atuaram e colaboraram para a obtenção do quantitativo necessário de participações. Registrou-se que, para haver, 95% de confiança nos dados obtidos, isto é, margem de erro de até 5%, seria necessário, no mínimo, 791 respondentes, o que foi atingido, já que o instrumento contou com 983 participantes. Deliberou-se que os dados serão pormenorizadamente apresentados na 21ª Reunião de Análise da Estratégia.

III) Pesquisa de Clima Organizacional (QVT): foi compartilhado a possível aplicação da Pesquisa em comento em maio de 2017. Foram vistos os quatro indicadores atendidos por essa pesquisa: Indicador Gerencial 13 - Índice de Clima Organizacional, Indicador Gerencial 14 - Índice de Satisfação do Público Interno com as Instalações Físicas, Indicador Gerencial 16 - Índice de Percepção Interna e Externa com a Segurança e Indicador Gerencial 19 - Índice de Qualidade de Vida no Trabalho. A

Secretária de Gestão de Pessoas, Rosemary Wargas, esclareceu que a opção de tal período adveio do aproveitamento do retorno que será dado ao trabalho de consultoria interna iniciado em 2016.

Item 4. PROJETOS

Foram apresentados e analisados os andamentos de dois dos projetos estratégicos, conforme segue:

I) Projeto 'Banco de Boas Práticas de Execução': a Coordenadora de Gestão Estratégica relatou que o repositório e o ambiente colaborativo já estão prontos e a 'Comissão de Boas Práticas de Execução' foi instituída por meio da Portaria da Presidência nº 117/2016 de 18 de novembro de 2016, o que caracteriza a conclusão do projeto. Foram apresentados os nomes indicados para a composição da Comissão: a Excelentíssima Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, Maria Regina Machado Guimarães; os magistrados Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim (representante da CDJUC), Rubens de Azevedo Marques Corbo (representante do Tocantins) e Renato Vieira de Faria (representante do Distrito Federal); e os servidores Regis Tres Albuquerque (representante da Secretaria de Gestão de Pessoas), Cláudio Luís Gonçalves Garcia (representante da Secretaria da Corregedoria Regional), Eli Queiroz Lisboa (representante da Secretária-Geral Judiciária), Érica de Oliveira Evangelista (Diretora de Vara do Trabalho do Distrito Federal) e Silvia Custódia Pedreira (Diretora de Vara do Trabalho de Tocantins).

II) Projeto “Descarte Consciente”: foi posicionado ao colegiado quanto a conclusão do projeto em 2016 (a assinatura do convênio com a cooperativa de reciclagem, última entrega do projeto) e a entrega do termo de encerramento em 11 de janeiro de 2017. O Presidente Foltran registrou sua felicidade, parabenizou e agradeceu a todos pelos resultados apresentados pela área socioambiental do Tribunal.

Item 5. METAS NACIONAIS 2016 – CNJ e CSJT.

I) Passou-se à apresentação e análise dos resultados de cada Meta Nacional estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Justiça do Trabalho (CSJT) para o ano 2016, conforme detalhado a seguir:

a) Metas com grau de cumprimento superior a 90%: “Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado”, “Julgar processos mais antigos”, “Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª instância” e “iGovPessoas”. Quanto ao “iGovPessoas” foi compartilhada a entrega da devolutiva por parte do TCU às vésperas da 21ª Reunião do CGE. O TRT10 obteve por classificação a faixa “intermediário”, o que fez com que cumprisse a Meta almejada para o ano em curso. Registrou-se, ainda, que no levantamento anterior, realizado em 2013, o TRT10 foi classificado na faixa “inicial”, o que demonstra a evolução da organização em gestão de pessoas.

b) Metas com grau de cumprimento entre 60% e 90%: “Priorizar o julgamento das ações coletivas no 1º Grau”, “Priorizar o julgamento das ações coletivas no 2º Grau”, “Aumentar os casos solucionados por conciliação”, “Julgar mais processos que os distribuídos”, “Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos” e “Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª instância – Fase de Conhecimento”. Para a meta “Priorizar o julgamento das ações coletivas no 2º Grau” foi ressaltado que há poucos processos, logo, um processo não julgado pode influenciar fortemente o resultado do indicador. Segundo o Secretário-Geral Judiciário, Maro Aurélio Saar, a meta não foi cumprida em virtude de dois processos não julgados. Durante a análise dos números da meta “Aumentar os casos solucionados por conciliação”, foi ressaltado o investimento da Administração em conciliação. A Coordenadora de Gestão Estratégica recordou o registro do elogio do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho, Mário Macedo Fernandes Caron, à Excelentíssima Desembargadora do Trabalho, Flávia Simões Falcão, face ao apoio ao projeto “Conciliar é 10” e à Excelentíssima Juíza do Trabalho, Rosarita Machado de Barros Caron que auxiliou, também, no referido projeto.

c) Metas com grau de cumprimento inferior a 60%: “Impulsionar processos à execução” e “Índice de Alcance das Metas”.

Após a apresentação das metas houve a ponderação de que as variações significativas existentes podem

decorrer não de uma queda no desempenho, mas de apuração mais acurada dos dados em virtude do grande esforço empregado no saneamento da base de dados do e-Gestão, ou seja, os dados de 2016 podem estar mais fidedignos que os dos anos anteriores. Outra questão considerada foi não haver projetos estratégicos referentes à área judiciária. O Excelentíssimo Desembargador Presidente elogiou o cumprimento da meta “Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado” e afirmou ser um dos grandes motes da atual Administração o investimento na Coordenadoria de Apoio ao Juízo Conciliatório e de Execuções Especiais. O Excelentíssimo Juiz do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva registrou elogio especial ao magistrado Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim. Por oportuno, o Excelentíssimo Desembargador Presidente elogiou o trabalho pioneiro da Excelentíssima Juíza do Trabalho Mônica Ramos Emery. A magistrada ressaltou que após tanto tempo o Tribunal abraçou a estrutura de apoio e consorciou-se aos elogios do Excelentíssimo Juiz do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva ao magistrado Gualberto. O Excelentíssimo Desembargador do Trabalho, Brasilino Santos Ramos, também acompanhou os elogios do Excelentíssimo Juiz do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva destinados ao magistrado Gualberto por sua dedicação e efetividade. Foi compartilhado que no corrente ano a Escola Judicial promoverá visita técnica à CDJUC. A Excelentíssima Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região também demonstrou apoio ao investimento na conciliação. O Secretário-Geral Judiciário ressaltou que ainda no ano corrente os resultados do trabalho da CDJUC devem ser identificados.

d) Metas sem grau de cumprimento apurado no período de janeiro a dezembro/2016 – dentre os diversos indicadores categorizados, destacou-se considerações quanto às Metas Bienais, quais sejam, “iGovTIC” e “iGovGeral”. Conforme compartilhado pela Coordenadora de Gestão Estratégica, a previsão da devolutiva do “iGovTIC” por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) no dia 26 de novembro de 2016 não se concretizou e o processo em questão (nº. 008.127/2016-6) segue pendente de apreciação plenária, conforme informações fornecidas pela Secretaria de Controle Externo do TCU em 21 de fevereiro de 2017. O questionário do “iGovGeral” não foi aplicado no ano 2016.

Item 6. INDICADORES ESTRATÉGICOS E GERENCIAIS 2016.

Foram analisados os demais indicadores, isto é, os não contemplados quando da análise das Metas Nacionais estabelecidas pelo CNJ e pelo CSJT, conforme registrado infra:

I) Metas com grau de cumprimento a partir de 90%: Indicador Estratégico 5: “Índice de Redução do Número de Execuções Individuais contra Grandes Devedores (IRGD)”, Indicador Estratégico 10: “Índice de Cumprimento do Plano de Obras (ICPO)”, Indicador Gerencial 7: “Índice de Processos Solucionados – 2ª Instância (IPS2)”, Indicador Gerencial 9: “Índice de Tempo de Resposta Interno da Ouvidoria (ITRIO)”, Indicador Gerencial 10: “Índice de Tempo de Resposta das Áreas Demandadas pela Ouvidoria (ITRADO)”, Indicador Gerencial 13: “Índice de Redução do Material de Consumo (IRMC)”, Indicador Gerencial 20: “Índice de Absenteísmo (IA)”, Indicador Gerencial 21: “Índice de Prevenção em Saúde (IPS)”, Indicador Estratégico 15: “Execução no Orçamento de Capacitação (EOC)”, Indicador Estratégico 2: “Índice de Ações de Celeridade e Qualidade (IACQ)”, Indicador Estratégico 13: “Índice de Redução de Inscrição de Restos a Pagar Não-processados (IRIRPnp)” e Indicador Estratégico 17: “Índice de Satisfação dos Usuários de TI (ISUTI)”. Em face da apresentação do Indicador Estratégico 2: “Índice de Ações de Celeridade e Qualidade (IACQ)”, a Coordenadora de Gestão Estratégica agradeceu as ações da Secretaria da Corregedoria Regional objetivando sua apuração. Em face da apresentação do Indicador Gerencial 9: “Índice de Tempo de Resposta Interno da Ouvidoria (ITRIO)”, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região registrou aprimoramento do valor do índice em virtude de ações internas da Unidade. O Excelentíssimo Desembargador Presidente elogiou a Ouvidoria e informou estar a Unidade prestes a se desvincular da Presidência. A Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região solicitou ao Excelentíssimo Desembargador Presidente o encaminhamento do elogio feito à equipe da Ouvidoria na reunião em curso. Em face da apresentação do Indicador Gerencial 10: “Índice de Tempo de Resposta das Áreas Demandadas pela Ouvidoria

(ITRADO)”, houve registro de que a melhora do desempenho ocorreu em virtude da intensificação do uso do SEI. Nesse momento, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região ressaltou a importância do SEI e ressaltou votos de que a unificação com o PROADE não se dê. O Excelentíssimo Juiz do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva registrou elogios ao trabalho desenvolvido pela Ouvidoria TRT10. Em face das reflexões advindas da análise do Indicador Estratégico 13 - “Índice de Redução de Inscrição de Restos a Pagar Não-processados (IRIRPnp)” foi deliberado estudos para possíveis ajustes na fórmula em futura reunião do CGE e da RAE. Após análises e longo debate quanto ao Indicador Gerencial 21: “Índice de Prevenção em Saúde (IPS)” restou definido a revisão do indicador e a criação de um novo índice, conforme segue:

- Indicador Gerencial 21: “Índice de Prevenção em Saúde (IPS)” = Número de pessoas que realizaram exame médico periódico preventivo e ENTREGARAM os resultados (completos)/ Número de pessoas que PARTICIPARAM da consulta inicial do exame médico periódico preventivo.
 - Não serão consideradas as entregas completas somente no prazo legal (90 dias), mas a qualquer tempo dentro do ano;
 - Periodicidade passa a ser anual;
 - Face ao normatizado quanto a entrega dos exames, esse indicador só poderá ser finalizado para um determinado ano no mês de abril do ano seguinte.
- Indicador Gerencial 24: “Índice de Sensibilização à Prevenção (ISP)” = Número de pessoas que COMPARECERAM à consulta inicial / Número de pessoas CONVOCADAS para o exame médico periódico preventivo.
 - Periodicidade passa a ser mensal.

Registre-se que, face as alterações, as metas serão definidas tão logo se disponha de subsídios suficientes. O Excelentíssimo Desembargador Presidente destacou a importância dos dados relacionados à Prevenção em Saúde como instrumento de gestão. Por oportuno, o Excelentíssimo Juiz do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva ressaltou que a demanda de realização dos exames periódicos pelos servidores lotados no interior, em especial os do Tocantins, não foi esquecida e está sendo tratada pela Administração.

II) Metas com grau de cumprimento a partir de 60% e inferior a 90%: Indicador Estratégico 8: “Índice de Satisfação com a Comunicação (ISCOM)” e Indicador Estratégico 9: “Índice de Divulgação na Mídia (IDM)”. Em face da apresentação dos dados do Indicador Estratégico 9: “Índice de Divulgação na Mídia (IDM)” foi designada relatoria para a Secretária-Geral da Presidência, Marysol Damasceno, objetivando a revisão do indicador em comento.

III) Metas com grau de cumprimento inferior a 60%: Indicador Estratégico 19 – “Incremento no Orçamento de TI”, Indicador Gerencial 22: “Aumento da Disponibilização Orçamentária para Capacitação (ADOC)” e Indicador Gerencial 18: “Índice de Cancelamento de Restos a Pagar Total (ICRPT)”. Após análise do Indicador Estratégico 19 – “Incremento no Orçamento de TI”, o Diretor-Geral, Rafael Bellinello, afirmou que a base de cálculo não condiz com o atual contexto vivido pela organização, razão pela qual possível revisão apresenta-se necessária. Dessarte, os estudos a ele referentes restaram sob sua relatoria e devem ser apresentados por oportunidade da 21ª reunião do Comitê de Gestão Estratégica. Mesma deliberação foi aplicada ao Indicador Gerencial 22: “Aumento da Disponibilização Orçamentária para Capacitação (ADOC)” - relator: Diretor-Geral, Rafael Bellinello; apresentação: 21ª reunião do CGE. Quanto ao Indicador Gerencial 18: “Índice de Cancelamento de Restos a Pagar Total (ICRPT)”, deliberou-se por estudos da área técnica para possível proposta de revisão.

IV) Metas sem grau de cumprimento apurado no período de janeiro a dezembro de 2016:

IV.1) Metas sem grau de cumprimento devido à periodicidade ser anual e as apurações não estarem

concluídas: Indicador Estratégico 1: “Índice de Satisfação Social (ISS)”, Indicador Gerencial 14: “Índice de Satisfação do Público Interno com as Instalações Físicas (ISPIIF)”, Indicador Gerencial 15: “Índice de Satisfação do Público Externo com as Instalações Físicas (ISPEI)” e Indicador Gerencial 16: “Índice de Percepção Interna e Externa com a Segurança (IPIES)”.

IV.2) Metas sem grau de cumprimento devido à periodicidade ser bienal: Indicador Estratégico 12: “IGovGeral” e Indicador Estratégico 18: “iGovTIC”;

IV.3) Metas sem apuração devido a sobrestamento: Indicador Estratégico 16: “Índice de Integração e Visão Sistêmica (IIVS)”, Indicador Gerencial 19: “Índice de Qualidade de Vida no Trabalho (IAQVT)” e Indicador Gerencial 23: “Índice de Clima Organizacional (ICO)”.

IV.4) Metas com indicadores em desenvolvimento/revisão: Indicador Estratégico 6: “Índice de Redução da Desproporção da Força de Trabalho entre Primeiro e Segundo Graus (IRDFT)”. Tal indicador está vinculado ao estudo da Resolução CNJ nº. 219/2016 (recentemente alterada pela Resolução CNJ nº. 243/2016), o que impossibilita momentaneamente manifestação do Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição da Décima Região.

A Coordenadora de Gestão Estratégica compartilhou que o Indicador Estratégico 3: Índice de Acesso à Justiça Itinerante no Tocantins (IAJI-TO) foi revisado na 20ª reunião do Comitê de Gestão Estratégica passando a apurar o número de audiências mínimas a serem realizadas a cada dia em atividade itinerante. A meta aprovada para o indicador em comento é da tabela a seguir:

Meta: Número de audiências/dia em itinerância					
2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	-	10	11	12	13

Indicadores encerrados: Indicador Estratégico 11: Índice de Equipamentos de Segurança (IES), Indicador Gerencial 4: Implantação do Processo Judicial Eletrônico (IPJE) e Indicador Gerencial 11: Índice de valor liberado aos trabalhadores e repassado ao INSS (contribuições previdenciárias), à Receita Federal (IRRF) e ao Tesouro (custas).

Item 7. ANÁLISE DO ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Após análise de cada Objetivo Estratégico (O.E.) a partir dos indicadores (gerenciais e estratégicos) e projetos estratégicos a eles vinculados identificou-se a necessidade de investimento no O.E. 01 - “Criar e fomentar políticas e ações para uma prestação jurisdicional célere e de qualidade”.

Item 8. CALENDÁRIO 2017

Foram alteradas as datas da 21ª reunião do CGE e da 21ª RAE em 2017, restando aprovado o calendário de reuniões para o corrente ano conforme dados a seguir:

CGE	RAE
27/03/2017	03/04/2017
31/07/2017	04/08/2017
04/12/2017	11/12/2017

O Excelentíssimo Desembargador Presidente franqueou a palavra. O representante da Associação dos

Servidores da Décima Região, Almerindo Pereira de Souza, retomou o tema de Prevenção à Saúde compartilhando a ilação de os servidores não terem noção da importância do retorno/entregue dos exames periódicos e sugeriu lembrete aos participantes quanto ao esgotamento do prazo para entrega dos resultados, assim como alerta do desconto no contracheque em caso de não retorno. A Secretária-Geral da Presidência, Marysol Bertolin Damasceno, elogiou a apresentação e a Ouvidoria. O Excelentíssimo Desembargador Presidente elogiou e agradeceu as equipes técnicas envolvidas para a transmissão da RAE na pessoa dos servidores Danilo Batista Correia e Luiz Alberto dos Santos Carvalho. O Presidente Foltran elogiou, ainda, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Michelle Machado da Silva, por sua dedicação ao Tribunal e a Estatística da CDEST, Natália Ribeiro de Souza Evangelista, pelo trabalho desenvolvido e a agradeceu, ainda, o registro da ata da reunião. O Excelentíssimo Desembargador Presidente consultou os demais membros a respeito de manifestações ou tratativas adicionais e, em face da inexistência de outros assuntos, encerrou a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Para constar, eu, Natália Ribeiro de Souza Evangelista, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região Pedro Luís Vicentin Foltran.

PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN, Presidente**, em 10/08/2017, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm> informando o código verificador **0708709** e o código CRC **E31253E3**.